

MPRJMINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIROPPE
027/20PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
ELEITORAL Nº 27/2020

Ementa: Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE). Possível abuso de poder econômico. Apuração Irregularidade Prestação de Contas. Colheita de informações e documentos visando a formação de "opinio". PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Itatiaia.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor Eleitoral subscritor do presente, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, consoante artigos 72, 76 e 78, da Lei Complementar nº 75/93.

CONSIDERANDO a interpretação dispensada pelo egrégio Tribunal Superior Eleitoral ao artigo 105-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

CONSIDERANDO que a apuração das infrações eleitorais de natureza não criminal exige o estabelecimento de requisitos procedimentais mínimos, de modo a assegurar o respeito aos direitos individuais e o desenvolvimento do controle interno;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do regime democrático, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a atuação do Ministério Público, na proteção da ordem jurídica eleitoral, é exercida por membros do Ministério Público Federal e dos Estados;

CONSIDERANDO que o art. 78 da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que as funções eleitorais, perante os Juizes e Juntas Eleitorais, são exercidas pelos Promotores Eleitorais;

CONSIDERANDO a remessa pelo Gabinete do Procurador Geral da República, por via do sistema denominado SisConta, Módulo "Conta Suja", a esta Promotoria Eleitoral, de relatórios de análise de contas de partidos políticos, bem como de candidatos a cargos eletivos no âmbito da 198ª Zona Eleitoral nas eleições municipais de 2020;

2020.00938041

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO que o prazo para o encaminhamento à Justiça Eleitoral, dos documentos atinentes à prestação de contas, é até o trigésimo dia posterior à realização das eleições (art. 29, III da Lei 9.504/97);

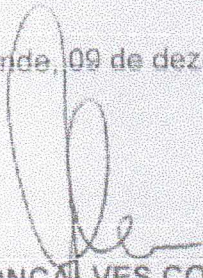
CONSIDERANDO que a análise das supostas irregularidades mencionadas nos relatórios ora remetidos pelo sistema SisConta, exige o cotejo com demais documentos;

RESOLVE, na forma do art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.331, de 5 de março de 2020, instaurar o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, com a finalidade de reunir informações sobre os fatos noticiados.

Autuada, registrada e publicada a presente portaria, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

1. Registre-se, regularizando-se junto ao MGP, arquivando-se cópia desta portaria em pasta própria e digital;
2. Notifique-se a Sra. NA FLAVIA DA SILVA BARBO, CPF nº 059.224.447-43, no endereço em anexo, para prestar declarações nesta PJ, podendo o ato ser realizado por videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, se necessário;
3. Apurar em fontes abertas se a empresa mencionada no Relatório em anexo existe e, em caso positivo, quais serviços oferta ao público;
4. Encaminhe-se cópia digitalizada da presente para o e-mail do CAO Eleitoral (cao.eleitoral@mprj.mp.br), para ciência e registro;
5. Designo o servidor lotado nesta Promotoria de Justiça para secretariar o presente procedimento.

Resende, 09 de dezembro de 2020.


FABIANO GONÇALVES COSSERMELLI OLIVEIRA
Promotor Eleitoral